Religar: caminho metodológico de alteridade científica

Cristina Maria Macêdo de Alencar
cristinamm@ucsal.br

Resumo

Este artigo tem por objetivo propor um caminho de alteridade científica como metodologia para produção de conhecimento científico. O caminho proposto se apóia no pensamento complexo para estabelecer relações epistemológicas interativas entre sujeito e objeto, entre conhecimento científico e experiência de ruralidade vivida em território metropolitano.

Abstrat

The main objective of this work is to propose the scientific "alterity" as a scientific methodology. In this proposition the complex thinking is used to establish interactive epistemological relations betweenthe subject and the object, and between the scientific knowledge and the experiences of rurality in metropolitan life.

Introdução

Este artigo "Religar: caminho metodológico de alteridade científica" tem como objetivo explicitar implicações entre caminhos metodológicos percorridos pelo conhecimento cientifico e o ordenamento da realidade social. Isto insere nas relações epistêmicas a responsabilidade desse conhecimento em relação à qualidade de vida humana com que existimos. O processo de produção de conhecimento que venho desenvolvendo emergiu de reflexões críticas em torno do potencial performativo da realidade social pelo conhecimento científico, formador de mentalidades, em meio a diferentes interesses sociais.

Construir um caminho metodológico nos caminhos da ciência a partir de reflexões performativas expressa a opção por relações epistemológicas interativas entre sujeito e objeto, entre representação e realidade objetiva. Uma formulação científica que inclui o fenômeno da vida na construção de suas representações procurando apropriar-se das contribuições da ciência contemporânea; assume comprometimento da ciência com a vida, no âmbito das Ciências Humanas e Sociais; considera a abordagem humana como social; acolhe lógicas não científicas no processo histórico do desenvolvimento humano como saberes legítimos nessas representações. (Capra, 1982; D'Ambrósio, 1999; Hodgson, 1997; Thompson, 1981; Moreira,200a; Alencar & Moreira, 2002).

A consideração de diferentes saberes, inclusive não científicos, nos remete ao surgimento da Universidade em resposta à pretensão de que a verdade estaria apenas nos conhecimentos produzidos nos Mosteiros. Um diálogo mutuamente interferente: de alteridade.

"Logo, não há novidade nesse procedimento; há um retomar do processo de racionalização que desembocou na constituição da ciência ocidental, mas que, ao se ir pretendendo uma depuração da subjetividade pela separação epistemológica entre sujeito e objeto, produziu um conhecimento dicotômico". (Alencar, 2003: p 12)

Procedimentos metodológicos científicos e fenômeno da vida constituem os termos da alteridade que tomo como paradigmática para promover o religar metodológico. Nessa perspectiva é imprescindível focalizar um fenômeno na realidade social que se configure como realidade amadurecida na vida e na representação, portanto, sendo objeto de conhecimento científico. Delimitei esse fenômeno na relação campo (rural) e cidade (urbano) em espaço metropolitano, no contexto do capitalismo contemporâneo[1]. Nessa relação, explicitam-se implicações entre ciência e ordenamento social que participam da configuração de uma qualidade de vida em que a espécie humana põe em risco sua própria existência – vide problemas ambientais, socioeconômicos, de segurança pública, entre outros, - mesmo dispondo de uma fértil história de produção de verdades científicas que pretendem ser, exatamente, o signo da superioridade da espécie.

A necessidade de considerar o outro, científico ou não, no processo de produção de conhecimento científico está, desse modo, no que transcende à ciência, nas suas implicações em termos de formação de mentalidades e de fundamentação dos ordenamentos sociais. A atitude de interlocução entre pares que explicam a realidade a partir de objetos de estudo diversificados e percorrem diferentes caminhos científicos, focaliza o outro como alteridade em construção de pensamento complexo (Morin, 1996; 2002)

A ação de religar como procedimento metodológico de produção científica responde, desse modo, a um percurso epistemológico de produção de dicotomias que, por sua vez, decorre no plano metodológico da decomposição analítica necessária ao cumprimento de uma das tarefas primordiais do conhecimento científico que é a de classificação dos fenômenos.

Classificar reconectando dimensões que ficaram fragmentadas na representação da realidade requer acolher o fenômeno da vida nessa representação e supõe a inclusão da experiência vivida pelo ser social que é igualmente Ser Humano Natural.[2]

> *"A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo.*

...não podemos conceber nenhuma forma de ser social independente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o pensamento. O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a experiência modificada; e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados." (Thompson, 1981: p 16)

A interação entre realidade social e representação científica perpassa todo o artigo. Inicialmente, trato de modo breve, dos fundamentos teóricos – condicionados pela realidade empírica - sobre os quais sustento a noção de alteridade científica centrada em representações relativas à centralidade do trabalho e à ruralidade e natureza, elementos nucleadores da relação entre os mundos rural e urbano. Em seguida discorro sobre o próprio fenômeno das relações ente o rural e o urbano como vivenciados em território metropolitano. A partir dessas argumentações explicito, em item subseqüente, implicações entre ciência e realidade social. Por fim, formulo uma compreensão sobe alteridade científica.

2. Os fundamentos dessa abordagem

Centralidade do trabalho no desenvolvimento humano

O primeiro elemento fundante dessa abordagem está na consideração de que a produção material e social da vida como organizadores do ambiente humano (oiko) está presente na história da humanidade desde os primórdios da exclusividade da coleta ou da principalidade da produção agrícola como meio de desenvolvimento; como expressão do trabalho humano. O trabalho de produção material e imaterial da vida em suas interações com a ciência e o cotidiano constitui-se elemento dinâmico da formação dos espaços rurais e urbanos, criando e recriando sujeitos sociais, identificados por seu modo de vida e inserção produtiva.

A centralidade do trabalho posta teoricamente pela Teoria do Valor e que é nucleadora da Economia Política, embora se defina num contexto de valores - um julgamento crítico daquilo se quer escolher com caráter normativo para ordenamento da produção de condições de vida material – focaliza o trabalho na relação de assalariamento. Nesse campo teórico há diversidade de concepções que põem em antagonismo possibilidades de ordenamento que vão do liberalismo à planificação central, do imediatismo do capital, quer no curto, médio ou longo prazos, a uma temporalidade que inclua a historicidade. Ainda assim, carece de escolhas que organizem a produção das condições de vida considerando as futuras gerações.

Para fundamentar a abordagem metodológica de alteridade científica, o trabalho está sendo considerado como um dínamo da vida humana e não apenas do interesse dos indivíduos

em adquirir riqueza material ou como relação de assalariamento, mesmo sob dominação da racionalidade capitalista; instrumental, imediatista, concorrencial e acumulativa, que é seu atual contexto. Essa dominação se efetiva num processo contraditório em que a racionalidade que se pretende universal, depara-se com racionalidades particulares dos indivíduos, das classes sociais, das diferentes culturas, que as expõem como irracionalidades ou ainda as mantém inexplicáveis pelas ciências, enquanto nexo entre o psiquismo individual e o comportamento coletivo.

Esse posicionamento dialoga com a rica discussão filosófica desenvolvida por Hannah Arendt que estabelece uma reconsideração da condição humana, "à luz de nossas mais novas experiências e nossos temores mais recentes", tomando como centralidade o labor, o trabalho e a ação. (Arendt, 2001). Assim, mesmo que demarcado no campo conceitual da Economia Política, um caminho novo teria que considerar a realidade como complexidade e o trabalho como dínamo do desenvolvimento humano.

> *"Comporta, nesse momento, lembrar que o trabalho é desempenhado por sujeitos concretos que, além de capacidade para trabalhar, energia física existente num corpo o qual ao mesmo tempo em que possibilita trabalhar precisa do trabalho para existir, têm também existência psicológica, subjetiva e cósmica. É com todas essas dimensões determinantes que esses sujeitos se inserem no processo produtivo e na vida em geral, nas relações sociais em que se identificam e se distinguem uns dos outros.*
>
> *Por isso, considerei tanto a dimensão social como a individual, de homens e mulheres, para dar conteúdo à concepção de trabalho como um dínamo da vida humana; atende a necessidades materiais e espirituais e, nesse sentido, possibilitaria a homens e mulheres a realização do prazer de ser construtor de sua própria condição de humanidade[3]. O trabalho assim compreendido é imanente à condição humana que faz o ser humano transcender sua condição natural e contrarrestar o trabalho divido entre trabalho com prazer e trabalho sem prazer; ou trabalho que usa a cultura capitalista transformando o prazer em unidades monetárias e trabalho subordinado à cultura capitalista, que transforma unidades monetárias em prazer para quem manda trabalhar, quer no campo ou na cidade[4]. Portanto, trabalho urbano ou trabalho rural".(Alencar, 2003: p 5e6)*

Todavia, a formulação de modelos explicativos da realidade, enquanto postulados científicos ao invés de filosóficos, requereu como procedimento metodológico a separação entre sujeito (sujeito teórico e existencial) e objeto (realidade em observação) como recurso de depuração da subjetividade. Considero esta separação como a dicotomia fundante das dicotomias teóricas, tendo em vista que fora dos modelos a realidade comporta um conjunto de investimentos da subjetividade humana e de pressuposições inconscientes dessa subjetividade.

> *"Ou seja: o homem é um criador, embora nem sempre consciente, e seu inconsciente, por vezes, é que inspira sua criação quer material quer teórica. Ao admitir esse papel ativo e já não apenas reflexivo, e, ao admitir a ingerência do inconsciente, o homem perde a ingenuidade, até então cultivada, de neutralidade em*

relação às suas próprias ações e representações científicas. O resultado disso é o retorno da "dúvida" e da "desmistificação", com um desencorajamento diante da morte de todo o empreendimento do pensamento até então erguido. Em contrapartida, se reativam outros domínios humanos que, pelo processo de avanço do conhecimento em determinados campos, foram sendo deixados de lado e, conseqüentemente, estacionados, fazendo ressurgir diversas questões colocadas em suspenso até então". (Alencar, 2003: p 12 e 13)

É justamente a fertilidade do conhecimento científico que faz de sua história uma história de polêmicas. A polêmica epistemológica que vem sendo estabelecida, ao longo dos séculos XIX e XX, por Augusto Comte, Karl Marx, Émile Durkheim, Gaston Bachelard, Thomas Khun, Fritjof Capra, envolve questões não só às representações da realidade mas também ao próprio *status* de cientificidade das ciências sociais e humanas como um todo. Para além do *status* de cientificidade e dos procedimentos metodológicos endógenos, Edgar Morin, Boaventura de Souza, Alberto Oliva e Ubiratan D'Ambrósio são alguns representantes contemporâneos da preocupação sobre a responsabilidade social da ciência.

É no âmbito desse debate contemporâneo que as relações interativas de coexistência entre o rural e o urbano se constituem fenômeno da vida a ser reexaminado com procedimentos metodológicos que possibilitem a superação da dicotomia que transformou rural e urbano em antinomia na modernidade (Jameson, 1997). A delimitação de objeto, em termos de coexistência possibilitaria superar as dicotomias que têm marcado as Teorias Sociais, e com elas participado da conformação de uma realidade que nega a si mesmo na medida em que os sujeitos sociais que a constituem internalizam o modelo dicotômico para viver num existir complexo, conseqüentemente, acirrando contradições. Desse modo, fazem-se oponentes, por exemplo, as identidades sociais rurais e urbanas, mutuamente exóticas e excludentes como objeto de políticas públicas voltadas para a ocupação das pessoas na produção material e social da vida. O trabalho, nessas condições, gerando identidades sociais estaria constituindo-se obstáculo ao invés de dínamo.

Ruralidade e natureza

O segundo elemento que fundamenta a abordagem de alteridade científica está na concepção de ruralidade. Tomo a ruralidade como emergindo de uma relação mais direta com a natureza, mas cultural, política e economicamente condicionada.

> *"ruralidade está sendo considerada como categoria contemporânea que, expressando possibilidade e efetividade de desenvolvimento humano, pela consideração do homem como ser da natureza, remete à construção de identidades a partir dos fenômenos de pluriatividade, lazer e meio alternativo de vida no campo em interação com a cidade, na qual subjaz a questão da modernidade em sua ambivalência de aventura e rotina".* (Alencar, 2003: p 6)

Esta é uma maneira de olhar que requer a interdisciplinaridade como recurso metodológico e como atitude para compreender a ruralidade na relação campo e cidade como realidade multidimensional e complexa.

Essa configuração heurística da ruralidade expressa um posicionamento no debate acadêmico contemporâneo em que a existência do rural está posta em questão. Alencar & Moreira (2002) sistematizam o debatem contemporâneo que enfatiza o desaparecimento do rural e do campo nas sociedades contemporâneas globalizadas como inspirados pela cidade e pela megalópole contemporânea. O rural estaria aí associado a processos de revolução política e de modernização burguesa das antigas cidades européias e, no presente, ao capitalismo globalizado, sem fronteiras. Nesses termos, desapareceu o rural em que a imagem da Natureza se identifica com "vilarejos camponeses" e com "paisagem orgânica do campo pré-capitalista"; desapareceu também no Mercado e na Maquinaria produtiva modernizada, tendo em vista que nessa referência o rural se igualaria ao urbano. Em outra elaboração interpretativa em torno de ruralidades e globalizações, Moreira (2002) hipotetiza que, no caso brasileiro, o rural carrega elementos de uma "paisagem orgânica de um campo selvagem incivilizado" (dos sertões e das florestas tropicais) e dos "vilarejos do interior oligárquico" que resultaram da colonização portuguesa e da centralidade do leste marítimo que nos conecta ao ocidente europeu.

Em meio às narrativas contemporâneas se insere a noção de ruralidade que estou construindo como uma realidade vivida e mediada por significados tensionados pela modernidade e pela modernização, no centro e na periferia. Ao ser construída na relação campo e cidade metropolitanos foram consideradas diversas contingências na relação com a natureza como: as atividades produtivas, a cultura de origem, a cultura almejada, as transformações de visão de mundo pelas experiências, a injunção do Estado e o enquadramento classificatório das identidades sociais.

Para a ruralidade considerada como realidade vivida e mediada por significações, tornou-se imprescindível, como eixo metodológico a consideração da experiência que possibilitará dar conta da prática cotidiana que performa a realidade social; que forma a consciência social do desenvolvimento humano em meio a tensões. Pela consideração da experiência como procedimento metodológico o fenômeno da vida se insere na teoria e dá elementos para integrar pensamento e ação, abstrato e concreto. E. P. Thompson (1981) ao destacar a experiência na construção da teoria, considera-a indispensável ao historiador "*...já que compreende a resposta*

mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento". (Thompson, 1981: p 15)

Assim é que a ruralidade ancorada na relação com a natureza perpassa o processo de desenvolvimento humano. O conteúdo apreendido nesse processo, - conhecimento, cultura - se insere nas experiências, num mútuo condicionamento de compreensão/interferência na construção da realidade social. A realidade é complexa e as explicações sobre essa realidade, mesmo as científicas que supostamente se depuraram de subjetividade, são amplamente diversificadas, cultural e politicamente comprometidas.

A natureza que perpassa a noção de ruralidade, presente nas diversas qualificações do campo em relação com a cidade – indo do paraíso vivido ou a ser recuperado, ao arcaico a ser modernizado (Vicent, 1995) – expressam dicotomias teórica (Lefebvre, 1981) que no pensamento ocidental oscila do vilão ao herói.

Como vilão, " *...a natureza não tem valor, mas continua a ser, potencialmente, uma entidade ingovernável e ameaçadora, algo que muitos querem conquistar, controlar, manipular e explorar para fins humanos.*" Como herói " *a natureza pode ser um recurso valioso, mas somos nós que a avaliamos assim. Pode até mesmo ser considerada valiosa, mas apenas em relação aos seres humanos. A natureza torna-se, assim, valiosa por cusa da natureza humana*". (Vivent, 1995: p221)

A ruralidade, tomada por sua referência mais direta à natureza, expressa esses significados como resultado cultural da experiência humana em todos os pontos do planeta. Com isso, nem o rural nem a natureza podem ser classificados como essencialidades a-históricas. A ruralidade conecta os significados de natureza matizando suas classificações a partir dos ritmos culturais mais ou menos sintonizados com os ritmos da natureza, com mais ou menos tecnificação dos instrumentos mediadores das relações entre o ser humano e a natureza.

> *"É possível perceber que diferentes ritmos de uma cultura tecnificada distinguem o ritmo do progresso condicionado pela divisão do trabalho – anunciada por Adam Smith em A Riqueza das Nações em 1776 e potencializada por Taylor e Fayol com "Princípios da Administração Científica", no início do séc. XX – do ritmo da natureza. Neste contexto é que se dá o desenvolvimento da cultura moderna, com sujeito e objeto imersos na condição de aventura e rotina nos modos de modernização, predominando o espírito objetivo sobre o espírito subjetivo e a transferência da subjetividade para os objetos".*
>
> *"...a ruralidade, por estar mais próxima do ritmo da natureza, como uma subjetividade sem tempo para ser expandida na relação com a cidade, estaria tendendo a transformar-se em externalidade estética, em subjetividade transferida para os objetos, portanto, como uma modernidade objetivada na experiência de cidade metropolitana".* (Alencar, 2003: p161)

Embora a natureza tenha sido pouco focalizada nas formulações teóricas da Economia Política liberal inglesa e mesmo na Crítica marxiana, ela ressurge a partir da

questão ambiental, do desenvolvimento sustentável em várias interpretações, entre as quais está a contribuição neo-marxista nos termos da Economia Política da Sustentabilidade (Moreira, 1999). Para além da Economia Política, esse campo de debate envolve as Ciências Naturais e as Ciências Humanas e Sociais focalizando a sustentabilidade sócio-ambiental.

Fortemente instigada pelos problemas ambientais na vida da cidade, a sustentabilidade sócio-ambiental emerge como elemento síntese do padrão de relações entre sociedade e natureza,

> *"...tanto por expressar que chegamos a um ponto limite, onde é preciso fazer o retorno, como por suscitar avaliações e soluções que privilegiem o caminho do meio, uma coexistência, que resgate o ser natural humano a favor de si mesmo e da própria espécie, com as conquistas empreendidas pelo próprio ser humano".* (Alencar, 2003: p161)

3 – O fenômeno das relações entre o rural e o urbano

As relações entre o rural e o urbano permanecem como fenômeno no capitalismo globalizado multiplicando os elementos que os conectam de modo que a condição produtiva de setor primário que perpassa a identidade do rural, - enquanto os setores secundário e terciário são freqüentemente identificados com o urbano – ao ser considerada isoladamente no uso e ocupação do solo, revela insuficiência explicativa das abordagens com rígidas demarcações de fronteiras classificatórias. Nesse sentido Thierry Linck (2001) postula que

> "*Los viejos modelos de uso del suelo y de localización de las actividaes agropecuarias que remitían a um modelo organizado em círculos concéntricos, jerarquizados em función de la distancia hacia um polo único, ya no tienen validez. Resultan sumamente engañosos para entender el desenvolvimiento de las actividades agropecuarias y el sentido que están cobrando hoy em dia las relaciones entre campo y ciudad em Europa. Han cobrado sentido rupturas inesperadas y dinâmicas inéditas que marcan la emergência de modelos constrastados. La difusión de nuevos patrones de consumo y hábitos de vida, la megapolización de los sistemas urbanos, los progresos espectaculares de las comunicaciones y la creciente movilidad de la población han modificado radicalmente el patrón de organización del territorio desplazando o borrando casi por completo las fronteras entre lo rural y lo urbano".* (Linck,2001: p 37)

Com a insuficiência explicativa das abordagens tradicionais sobre o rural, surge no debate contemporâneo abordagens do rural como novo rural ou nova ruralidade. A ruralidade tradicional – na sociologia, na economia - está fortemente condicionada pelo enfoque dicotômico; tipológico. A nova ruralidade é apresentada com vários recortes, envolvendo contribuições de cientistas brasileiros como Maria Nazareth Baudel Wanderley, Maria José Carneiro, Silvana G. de Paula, José Graziano da Silva, Roberto José Moreira, entre outros. É

comum a todos um avanço metodológico que possibilita lidar com a diversidade e com a ambigüidade.

Gómez (2001), relacionando variáveis de contexto e de sistema, com a perspectiva de eliminar a noção de "setor rural" e adotar a noção de "mundo rural" ou "rural" formula uma proposta de nova ruralidade constituída por três dimensões, quais sejam: a) o tipo de espaço e as atividades que realizam; b) as especificidades que a distinguem, a exemplo do caráter pessoal das relações sociais numa determinada base territorial, que de reacionário passou a condição de preservação da identidade frente à globalização; c) o alcance espacial da ruralidade que atualmente é reconhecido como incluindo espaços urbanos e destacando a necessidade de estudar as articulações entre o rural e o urbano como condição de entendimento da economia e da política local. No prefácio do livro mais recente de Gómez (2003) sobre o que é novo na nova ruralidade, diz Carlos Amtmann:

> *"Em la actualidade, la temática de la "nueva ruralidad" cruza el análisis, el contenido de las investigaciones y las discusiones teóricas relativas a las sociedades rurales, a la economía agrária, a la gestión del territorio rural, a la sustentabilidad y al desarrollo em el mundo. ...*
>
> *... los componentes de la nueva concepción de lo rural destacando, la necesidad de distinguir diferentes estructuras rurales, la identificación de actores rurales y como ellos se expresan a través de diferentes organizaciones. De ahí surgen por ejemplo, perspectivas para el análisis del mercado laboral. Em la actualidad, los mercados de trabajo urbano y rural tienden a integrarse y a terminar com la segmentación que se observo em el pasado. Por um lado, se observa el hecho de que trabajadores y sus familias que viven em ciudades e trabajan em el campo, sean em forma permante o temporal. Por el outro, se da el hecho que trabajadores e familiares que tienen residência em lo rural, trabajan em las ciudades. Todo ello forma parte de la "nueva ruralidad".*

Em 1998, o Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia publicou, sob a coordenação de Amilcar Baiardi, um dossiê sobre as faces do novo rural[5]. Aí se estabelece crítica à episteme "modelar" e superação da discussão feudal x capitalismo mercantil e modernização do latifúndio x diferenciação social. Nesse âmbito, o novo rural se expressa como neoprodutivismo, neoassociativismo e turismo campestre[6].

É importante esclarecer que nesse dossiê não está incluída a Região Metropolitana de Salvador, onde realizei a pesquisa que dá suporte a este artigo. Contudo, na diversidade natural da RMS a presença de rios, lagoas, mar, enfim, natureza em diversos usos, sugere diversidade do rural tendo em vista que a produção de vida material e social na relação direta com esses recursos naturais tem sido acompanhada de processos culturais também diversificados.

Além de artigos que compõe o dossiê outros artigos publicados na década de 1990 na RMS compartilham a crítica de que está ultrapassada identificação do rural com o setor primário (Filho e Machado, 1999; Couto e Dufumier, 1998; Ariane, 1992). Acrescentam problematizações sobre o rural na contemporaneidade discutindo, quer como foco quer como argumentação, questões como: a existência de um novo padrão produtivo rural integrado em rede e com o global (Fávero, 1998); crítica ao neoprodutivismo, distinguindo hegemonia e heterogeneidade, considerando ultrapassada a sobredeterminação setorial e o PIB como indicador, e incorporando a sustentabilidade no desenvolvimento rural (Couto e Dufumier, 1998); reconhecimento da integração rural e urbano como favorável à sobrevivência (Baiardi, 1998; Couto e Dufumier, 1998; Filho e Machado, 1999; Machado e Cardoso, 1996); incorporação da sustentabilidade no desenvolvimento (Couto e Dufumier, 1998); crítica à desqualificação da agricultura familiar e os conseqüentes impactos sociais quando os interesses do capital e do Estado são a agro-industrialização (Gonçalves e Machado, 1996).

Elaborando uma síntese do debate sobre o rural na década de 1990, Baiardi (1998) o situa na problemática da modernização sem modernidade e com excludência, percebida na relação entre o rural e o urbano. Ou seja:

> "*O rural brasileiro exibia segmentos tecnologicamente avançados e neles predominavam relações livres de trabalho que permitiam a alguns agentes participar em condições vantajosas de parcelas do produto, da renda gerada."... Ao mesmo tempo, a reforma agrária é vista "não mais como viabilizadora de mercado para a indústria mas como geradora de cidadania e de postos de ocupação para a massa de desempregados e subempregados do campo*" (Baiardi, 1998: p.16).

O autor recorre ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, na configuração dessa produção científica, em que se avança no ideário de um novo padrão de desenvolvimento.

> "*Este crescimento deveria estar condicionado às dimensões sociais e ambientais e ser capaz de ensejar um processo sustentável que além da regularidade das taxas de expansão do produto e da segurança no que concerne ao uso continuado dos recursos naturais, tivesse também a marca da reversão dos desequilíbrios sociais, regionais e da desconcentração industrial, através do surgimento de agro-pólos ou, mesmo como utopia necessária, de agro-tecno-pólos que exercessem efeito de atração de empresas de base tecnológica, integrantes da cadeia agroindustrial. ... "... transformar a Reforma Agrária em um processo revolucionário no sentido da capacidade de mobilizar recursos ociosos de toda a natureza - naturais, econômicos, tecnológicos, educacionais, de cidadania, etc. - com o objetivo de tornar a vida rural não inferior em qualidade à vida urbana*" (Baiardi, 1998: p.16, 17).

E inclui, nesse perfil, o reconhecimento científico do potencial da pluriatividade:

> "*Por meio dela é possível orientar as expectativas de amplos segmentos da população rural – produtores assentados e não assentados, trabalhadores sem terra organizados ou não no MST e uma ampla faixa de agricultores que operam na escala*

familiar, média e patronal - que vêem nesta diversificação rural não agrícola a possibilidade de ascender a estratos de renda mais elevados e, conseqüentemente, melhorar a condição de vida." (Baiardi,1998: p.17).

Há, no eixo do debate contemporâneo sobre o rural uma crítica socioambiental do desenvolvimento imersa na tensão da relação entre Capital e Estado, focalizada como divergência de interesses dos protagonistas desse desenvolvimento. Por certo, a crítica é motivada pelo que transcende ao conhecimento científico como qualidade de vida, o que centraliza a inquietação científica que me leva a percorrer um caminho de alteridade.

Na medida que estou considerando o fenômeno das relações entre o rural e o urbano como articulações que permeiam a qualidade de vida das populações humanas e que as pessoas que compõem essas populações se constituem bio-psico-socialmente como sujeitos econômicos, o "alter" estaria em por em negociação o paradigma da dinâmica econômica para a acumulação de capital na determinação do planejamento das ações governamentais de desenvolvimento regional. O outro termo da negociação seria a própria espécie humana em condição de sustentabilidade complexa (Moreira,1999).

Por isso, falar do fenômeno contemporâneo das relações entre o rural e o urbano requereu ouvir a experiência vivida por pessoas que trabalham direta ou indiretamente com o mundo rural na RMS, considerando-as como pessoas. Isto pôs em evidência verdades geradoras de aparentes incoerências se transportadas linearmente para o imaginário dicotômico que tem marcado a trajetória das representações sobre o rural. Refiro-me, por exemplo, ao cansaço que as pessoas que entrevistei durante a pesquisa identificam como sentimento inspirado tanto na vida rural como na vida urbana. O antagonismo entre a imagem tão difundida do rural como bucólico, tranqüilo e do urbano como estressante só se configura como incoerente quando se transformam em imagens cristalizadas, portanto, a-históricas e sem as diversidades econômicas, sociais e culturais existentes na realidade empírica. Isto é: o cansanço provoca estranhamento quando o rural é pensado a partir do urbano, quando se fragmenta a realidade e se homogeneíza sua representação a partir do fragmento. As cristalizações das imagens constituem, desse modo, obstáculo epistemológico que impossibilitaria, por exemplo, a formulação de uma representação afirmativa da tese de coexistência entre o rural e o urbano como recurso de melhoria da qualidade de vida do ser humano no campo e na cidade e, portanto, favorável ao desenvolvimento humano.

"No cansaço inspirado pelo urbano, mas também pelo rural, está o reconhecimento do condicionamento das determinações naturais às ações humanas socialmente configuradas. Isto põe, como elemento problematizador, os limites da autonomia frente à alienação, quer esta se processe por dominação econômica, política, cultural, religiosa ou psicológica, em direção a modos mais equânimes de

vida. As determinações naturais estariam tensionando autonomia e alienação tanto na relação entre os homens, na relação dos homens com os demais seres da natureza, ou ainda em relação às diferentes dimensões constitutivas desses seres enquanto existência cósmica. Há um mútuo condicionamento entre a configuração da realidade social e o conhecimento sobre ela". (Alencar, 2003: p 20)

Observei ainda, na realidade estudada, onde a migração fez ir e vir pessoas do lugar, que a ênfase no rural como modo de vida preferido tende a ser maior quando contingências não-pessoais impunham a opção pela migração. São os casos em que a decisão por migrar decorreu da absoluta impossibilidade de sobreviver onde a estrutura produtiva, predominantemente primária, foi totalmente desorganizada e reorganizada industrialmente[7]. Assim ocorreu quando o rural foi "reencontrado" por pessoas que acreditaram incondicionalmente na promessa da modernização industrial migrando do campo para a cidade, e ao se depararem com a não-realização dessa promessa, mesmo tendo qualificação profissional, retornaram ao rural.

A dinâmica industrial que se imprimiu na RMS inspirou estreitamento das relações das pessoas com o mundo rural através da idealização da perfeição da natureza. A apropriação da diversidade natural para atender às novas necessidades do capital industrial e imobiliário marca para o ambiente natural e para as pessoas, uma situação de grave insustentabilidade. Insustentabilidade dos recursos naturais como base produtiva tornada inacessível à maioria dos habitantes da região que tinham nesses recursos seus objetos de trabalho.

"O conhecimento científico inscrito no contexto dessas transformações tem sua representação sobre a região, atualizada como uma região urbana industrial. Nessas circunstâncias, no retorno produtivo das pessoas ao espaço do campo ou da praia, as relações de dependência anteriormente estabelecidas com os grandes proprietários de terra passam a ser estabelecidas com o poder municipal (o emprego na prefeitura e a manutenção com baixa produtividade da atividade rural). O rural fica invisível como espaço social de realização para o poder instituído e para a ciência que constrói modelos analíticos de tendências, os quais, como lógica formal, corretamente irão reafirmar a condição de relevância apenas industrial no desenvolvimento capitalista da região". (Alencar, 2003: p 21)

E ilustrativo da dinâmica regional a partir da base municipal, o depoimento de um funcionário público, agrônomo em São Francisco do Conde, onde existe Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca.

"*É um município em que toda a arrecadação vem da área industrial e comercial. Industrial por causa da Petrobrás e na área comercial, as empresas que vendem gás de cozinha: Supergasbrás, Butano, Minas Gás, são as empresas que estão alocadas próximo ao terminal da refinaria e comercializam gás de cozinha. Então, no município basicamente é mais forte o industrial e também o comercial. Na agricultura não tem assim, uma cultura especificamente; não tem um pólo de cultivo específico da fruticultura, pra grão e assim por diante. Na pesca também não tem. Então, aqui o*

desenvolvimento condiz em uma forma global a reboque da área industrial e comercial. A agricultura realmente peca por esse lado e muitas vezes o governante não tem interesse em tocar porque é um município que toda arrecadação, vamos dizer assim, cem por cento da área industrial, vem do petróleo" .

"*...Pelo município ser petroleiro, o impacto ambiental é muito grande, então basicamente a gente fica mais voltado para as regiões impactadas na área ambiental, voltadas para a praia, Baía de Todos os Santos e refinaria Landulfo Alves. ... impacto ambiental que está monitorado, que está gerando problemas para a pesca, reduzindo a área de produção agrícola também. Tem as tubovias, as dutovias, tem as estradas de acesso ao poços de petróleo; o reflorestamento que houve em torno da refinaria, como área de segurança, foi reduzindo o espaço para cultivo convencional de mandioca, aipim, banana, laranja. Foi reduzindo o espaço.*

O significado desse espaço de cultivo para a população de São Francisco do Conde, que a prefeitura do município considera que é importante estar olhando para ele, não é o gerador de arrecadação fundamental, mas ele é o fixador de homem no campo. Tem outras atividades sócio-culturais que são importantes manter na área rural produtiva; é importante, mas importante não com prioridade zero. É importante, mas não é tão importante" . (Entrevistado na pesquisa "Campo e rural na metrópole").

O fenômeno das relações entre o rural e o urbano incorporou, nos marcos do capitalismo globalizado nesse final de século XX, diversidades que tensionam, pelo antagonismo de interesses dos diferentes agentes sociais, as decisões sobre o desenvolvimento social. Incorporou também, e em conseqüência, divergências de representação sobre a realidade social pelo conhecimento científico. Observa-se a multidisciplinaridade do rural a partir da composição técnica dos sistemas de planejamento, extensão e pesquisa rurais, na diversificada composição das equipes técnicas, quando se reconhece a contribuição específica da disciplinaridade para a área em que o técnico irá atuar com aplicação do conhecimento, mesmo quando o rural é denominado agrícola. Mesmo assim, também aí há tensões, disputas.

Além disso, incorporou-se ao rural a questão ambiental que ganhou ampla visibilidade a partir dos problemas ambientais urbanos. Com a problemática da sustentabilidade socioambiental o caráter multidisciplinar do rural no âmbito do conhecimento já se revela insuficiente na medida em que tem nas ciências ambientais um campo teórico cada vez mais legitimado como próprio de uma episteme interdisciplinar.

Mais ainda, a condição de baixa renda que por muito tempo foi ilustrativa da qualidade de vida do mundo rural em comparação ao mundo urbano, tomando como insustentável, contemporaneamente está conectando o rural e o urbano (Araújo, 1995). O que se sobrepõe a essa condição é o potencial associativo dessas pessoas que, se era tido como emblema das relações sociais no mundo rural como relações diretas, encontra-se amplamente vivenciado no mundo urbano através do chamado terceiro setor.

4 – Implicações entre caminhos da ciência e realidade social

A estreita imbricação entre o trabalho e o desenvolvimento fez da produção continuada de novas tecnologias materiais (gera objetos externos) e imateriais (gera processos de gestão) um modo de vida em que o resultado mais esperado do trabalho é a inovação. A hegemonia da modernidade – no que ela tem de rotina - como mentalidade se apropria do conhecimento científico para padronizar os processos produtivos em detrimento das singularidades dos diferentes trabalhos. Com isso, os procedimentos metodológicos de explicação da realidade através de modelos ganha foros de verdade incondicional, numa dinâmica tautológica.

Desse modo, no duplo caráter do trabalho, o abstrato como produção social "pensa" realizando o concreto enquanto modo de vida ao tempo em que imprime modelos de produção.

Contudo, a experiência de vida na condição de ser humano manteria tensionados os dois caracteres do trabalho. Buscando os sentidos que trabalhadores do rural atribuem aos trabalhos que cada um vem desenvolvendo em pelo menos vinte anos de experiência profissional, apenas 4% dos entrevistados declararam que a difusão de tecnologia é o principal sentido dos seus trabalhos. Para verificar a refutabilidade dessa compreensão adotei, então, outro procedimento de quantificação das respostas dos 50 entrevistados (vide nota 1), considerando que elas não são excludentes, o que gerou 65 registros que foram agregados em 6 condições, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Importância que trabalhadores do rural atribuem ao seu trabalho em decorrência da sua experiência profissional - RMS 2002

Atuação no rural / Importância	Trabalham o rural como atividade fim		Trabalham o rural como atividade meio					Freqüência		
									%	
	Agropecuária	Pesca/ mariscagem	ONG/ empresa	Planejamento	Extensão	Ensino	Ambulante	Número de registro	Registros	Entrevistados
Difusão de tecnologia (B)					2			2	3,0	4
Cidadania (B)				6	2			8	12,3	16
Sustentabilidade (B)	2	5	1	3			1	12	18,5	24
Respeito e valorização humana e social (B)			1	4	2			7	10,8	14
Produção da vida material (A)	7	4		1	4			16	24,6	32
Produção da vida social (B)	4	1		8	6		1	20	30,8	40
Total								65	100	50

Fonte: Pesquisa direta para tese "Campo e rural na metrópole"/ RMS - 2002.

Quer pelo procedimento que considera os entrevistados, quer pelo que considera os registros, a maior freqüência de significado está na importância por contribuir para a produção de vida social (40% dos entrevistados e 30,8% dos registros). Todos os sentidos mencionados contabilizam a mesma graduação para os dois procedimentos de quantificação. Isto corrobora o resultado da experiência desses trabalhadores como um indicador de padrão civilizatório almejado em contra-hegemonia com o caráter de rotina tecnológica da modernidade. A produção da vida material, com 24,6% é o segundo sentido mais relevante, seguido da sustentabilidade, com 18,5%. Embora a sustentabilidade tenha sido contabilizada separadamente, ela perpassa e supõe a produção da vida material e da vida social quando se consideram as futuras gerações. Religando esses três sentidos pelo reconhecimento de que eles coexistem em interação, a base material expressa relevância em 73,9% da importância atribuída por esses trabalhadores ao seu próprio trabalho. Isto desconfigura os novos sentidos do trabalho enquanto sentidos românticos, destituídos de concretude, ao tempo em que reafirmam sua centralidade no desenvolvimento humano.

O ser humano também aparece nesse quadro de sentidos atribuídos ao trabalho de cada um, em que cidadania (12,3%) e respeito e valorização humana e social (10,8%) mesclam objetividade e subjetividade. Ao considerar todas as condições olhando-as a partir do beneficiário da importância que os trabalhadores atribuem às suas atividades profissionais, apenas a que explicita a produção da vida material pode ser considerada como gerando retorno exclusivamente para o trabalhador e seus familiares (24,6%). As demais - atuar no social / respeito e valorização do ser humano, difundir tecnologia, capacitar o pequeno produtor a ficar no campo, reintegração no todo / encontro com a natureza/ educação ambiental, oportunidade de ação cidadã crítica, favorecer potencialidade de desenvolvimento do país, levar benefícios econômicos e sociais, favorecer e dispor de vida saudável – envolvem benefícios às outras pessoas, à espécie humana, totalizando uma freqüência de 75,4%, equiparada ao sentido material ou que dá objetividade, concretude, aos sentidos potencialmente românticos.

Ao religar na categoria trabalho dimensões que a Economia Política desconectou na pretensão de localizar no assalariamento além de uma hegemonia, uma homogeneidade, religa-se tmbém o desenvolvimento humano à relação Ser Humano – Natureza – Ser Humano na qual estou referenciando a ruralidade como experiência vivida.

A implicação performativa de que no modo de vida urbano está o imperativo do desenvolvimento humano em antagonismo ao mundo rural, decorrente do procedimento

classificatório dicotômico, ganha foros de incerteza, de dúvida científica. O mundo rural no qual está conectada a experiência dos trabalhadores entrevistados

> *"...não pode continuar sendo considerado um espaço social onde não se promove o desenvolvimento humano. Ao contrário, na medida em que, apesar dos modelos científicos dicotomizados, rural e urbano existem em interação. Emergem possibilidades de uma práxis transformadora, na direção de um padrão civilizatório que possibilita somar as conquistas humanas favoráveis à melhoria da qualidade de vida humana, no campo e na cidade. Rural e urbano assim considerados constituem uma realidade social rica em determinações, exemplos e contra-exemplos do desenvolvimento humano que se quer construir com as inúmeras conquistas produzidas pela espécie humana a partir da tríade ser humano, conhecimento e natureza".(*Alencar, 2003: p 153- 155)

5 . A alteridade científica

O procedimento metodológico de religar saberes, experiências, espaços tendo emergido de reflexões derivadas da Economia Política a partir da centralidade da categoria trabalho no processo de desenvolvimento humano, mas requerendo a incursão em diferentes campos disciplinares, evidencia a insuficiência da disciplinaridade para apreender múltiplas dimensões da realidade social. Este é um postulado a ser observado num caminho metodológico que se pretenda caminho de alteridade. Desse modo, o que vem a ser o trabalho e a importância dele na vida de homens e mulheres e, portanto, na conformação da realidade, não poderia ser disputado como categoria teórica da economia, da sociologia, da física ou da antropologia e muito menos da agricultura ou da indústria, definindo campo ou cidade e menos ainda o natural ou o artificial.

No caminho de alteridade científica, o pensamento complexo constitui uma fértil referência epistemológica, enquanto,

> *" Como rigor metodológico, é de se esperar que cientistas de áreas relacionadas ao objeto de estudo estejam produzindo, conjuntamente, o conhecimento interdisciplinar. É próprio do conhecimento interdisciplinar que a parceria entre diferentes, conectados por compromissos comuns, provoque releituras e gere conhecimento como experiência coletiva (Ver Morin, 1996; Morin, 2002; Moreira, 2002b; Oliva, 1999; Demo, 1997)".* (Alencar, 2003: p 9)

Contudo, quando o processo de pesquisa precisa ser assumido por um único pesquisador, há que se recorrer a procedimentos metodológicos que ponham em interlocução diferentes áreas disciplinares. Para isso, durante a pesquisa que desenvolvi na Região Metropolitana de Salvador, examinei diversos títulos d cientistas de áreas diferentes, com publicação local através de Universidade, ONGs e Institutos de Pesquisa. Em diversos autores encontrei eco no que tange à opção por leituras interdisciplinares, mas não encontrei quem estivesse focalizando o rural situado em territorialidade metropolitana.

A título de exemplo da dimensão interdisciplinar no que venho denominando alteridade científica, a partir do que diz Leite (1995) sobre a RMS é possível rever uma crença difundida como distinção entre as Ciências Naturais e as Ciências Humanas e Sociais: a de que apenas ações antrópicas interferem na estabilidade natural. Datando a idade da RMS em torno de 150 milhões de anos geológicos Leite comenta:

> "*Para todos nós, a Baía de Todos os Santos é uma feição que sempre existiu, pois desde crianças estamos acostumados a vê-la, sempre com as mesmas dimensões... Ninguém consegue imaginar Salvador sem a Baía de Todos os Santos. E isso não ocorre apenas com a nossa geração, pois nas primeiras fotografias tiradas de Salvador, no final do século passado, e nos documentos e mapas feitos durante a colonização portuguesa, a Baía está sempre presente*" (Leite, 1995: p.223).

Nessa crença também se insere o imaginário sobre o rural como refratário a mudanças. Considerar a verdade do outro na renovação do conhecimento possibilita, no âmbito desse exemplo rever o imaginário sobre o rural no qual teria havido uma transposição de uma visão equivocada da dinâmica natural ao qual o rural está vinculado. Para tanto, teriam que ser revistas periodizações numa perspectiva do tempo longo da história. O novo rural, então, pode ser compreendido como um novo olhar que se apropria de elementos não percebidos anteriormente, ou considerados pouco relevantes pelo olhar disciplinar. Em qualquer um dos procedimentos metodológicos, contudo, o conhecimento científico carrega incompletude dado a inexorável finitude do seu sujeito diante de infinitos objetos de estudo.

Admitir a inevitável incompletude do conhecimento em geral e do conhecimento científico disciplinar em particular constitui atitude necessária ao procedimento de alteridade científica. Quando essa atitude se religa ao que transcende o conhecimento científico como qualidade de vida, além de possibilitar novos entendimentos sobre a realidade possibilita também a produção de um conhecimento científico que seja inclusivo e não excludente.

Tomo como ilustrativo desse procedimento, entre os autores que examinei, a contribuição de Araújo (1995) ao tratar da saúde bucal da população rural, por ele identificado com populações "residentes e domiciliados em área rural do município..."; uma classificação normativa para demarcar intervenção da ciência aplicada instrumentalizando *"a disposição dos setores organizados da comunidade, em particular o Estado, responsável que é pelo SUS, visando contribuir metodologicamente para a preservação da saúde pública bucal..."* (Araújo, 1995: p.197).

Nesse exemplo, uma classificação formal, normativa, que em muitos casos tem trazido distorções (Veiga, 2001; 2002), não incorpora o elemento restritivo de demarcação classificatória, própria da episteme formal. Não há na apropriação dessa classificação um uso de formação de identidade social (a rural); não estando utilizada como elemento identitário, a

classificação formal não dicotomiza o seu objeto. Ademais, o autor estabelece outras correlações de localização ao configurar seu objeto de estudo no contexto de baixa qualidade da saúde bucal no Brasil: "*Basta o acesso àquelas comunidades das grandes periferias urbanas ou interioranas integrantes da população classificada como 'de baixa renda*'" (Araújo, 1995: p.200). Não atribuir caráter identitário à classificação formal do rural associa-se, na formulação de Araújo, à prerrogativa inclusiva da alteridade científica na medida que estabelece diálogos com formulações de outras áreas do conhecimento e considera a vida humana como elemento de conexão de diferentes espaços sociais.

Instrumentos tradicionais de acesso a informação primária, como as entrevistas, são recursos de alteridade científica ao legitimar o diálogo entre diferentes saberes considerados com o mesmo grau de verdade, desde os informantes sem escolaridade até os que têm título de doutor.

> *"O lugar que a experiência ocupa na construção desse conhecimento é tão relevante quanto o lugar do conhecimento científico herdado. Desse modo, as narrativas dos entrevistados e a minha interpretação sobre elas compartilham relevância. Dar espaço de destaque às narrativas no texto é um modo de tornar os entrevistados também presentes. Nas suas próprias falas explicita-se a maneira de pensar seus valores, suas subjetividades". (Alencar, 2003: p 9)*

É importante deixar claro que não se trata de um discurso demagógico de atribuição da autoria aos entrevistados. Isto seria, por um lado, a sistematização do senso comum e por outro, a negação da própria alteridade como processo de formação de identidade em que se reconhece mútua interferência entre os sujeitos em interação. Além disso, outros recursos metodológicos são associados para a interpretação, inclusive a tradicional quantificação de elementos qualitativos apreendidos em questões estruturadas nas entrevistas. Os dados qualitativos apreendidos em espaços livres das entrevistas são utilizados como apoio às inferÊncias interpretativas. Assim, articulo, religo, as relevâncias da teoria e do cotidiano ou do conhecimento científico e da experiência.

Esse religar permite apreender no cotidiano a apropriação constrangida do conhecimento científico - que, nessa disputa, está submetido ao poder político - , na medida em que revelou restrições de interferência entre as convicções pessoais e técnicas e as decisões políticas.

O caminho percorrido para apreender relações entre termos dicotomizados até os limites da antinomia, como conhecimento científico e experiência, rural e urbano, é uma opção epistemológica que recai sobre o pensamento complexo e recorre à inter e à transdisciplinaridade como recurso metodológico e como atitude. A escolha se explica pela adoção do desenvolvimento humano como compromisso da prática social do cientista e pela

consideração da realidade como complexidade, cujo tecido, - o complexus - , é, conforme Morin (1996),

> "*... o que está junto; é o tecido formado por diferentes fios que se transformaram numa só coisa. Isto é, tudo isso se entrecruza, tudo se entrelaça para formar a unidade da complexidade; porém, a unidade do complexus não destrói a variedade e a diversidade das complexidades que o teceram*" (Morin, 1996: p.188).
>
> "*O método da complexidade pede para pensarmos nos conceitos, sem nunca dá-los por concluídos, para quebrarmos as esferas fechadas, para restabelecermos as articulações entre o que foi separado, para tentarmos compreender a multidimensionalidade, para pensarmos na singularidade com a localidade, com a temporalidade, para nunca esquecermos as totalidades integradoras*" (Morin, 1996: p.192).

Este é, sem dúvida, um caminho arriscado por ser um caminho que leva à formulação de sínteses. Não incorrer em totalitarismos e essencialismos, ou novas exclusões, supõe que o cientista social assume o conhecimento como um fluxo contínuo, aberto e incompleto; historicizado, contextualizado. Um princípio geral, entretanto, pode ser pensado: é preciso estabelecer diálogos entre o natural e o social, determinados como expressão cultural decorrente da impossibilidade de a existência humana acontecer fora das relações sociais.

Bibliografia

ALENCAR, CMM e MOREIRA, RJ. Campo e cidade metropolitanos: uma noção inteira para pensar o desenvolvimento humano contemporâneo. Alasru, RGS, 2002. CD-Rom.

ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. Campo e rural na metrópole: sinais de um padrão civilizatório. Tese de doutoramento. UFRRJ/CPDA. Rio de Janeiro, 2003.

ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. Ruralidade: ponto em comum para reexaminar o ordenamento metropolitano de Salvador. In: Planejamento Urbano e Regional. Revista Veritati, Ano II. Nº 3,. Salvador-BA, UCSAL, Agosto de 2003.

ARAÚJO, Roberto Paulo correia de. Odonto-rural uma proposta alternativa de saúde bucal. In: UFBA. Seminário Geral Interdisciplinar. Cadernos do IFUFBA. Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia. V.7 Ano 10. Salvador, BA. Centro Editorial e Didático da UFBA,1995.

ARENDT, Hannah. A Condição humana. Rio de Janeiro, Forense, 2001.

AZEVEDO, Fernando de. A cidade e o campo na civilização industrial e outros estudos. São Paulo, Melhoramentos, 1962.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Parque cívico natural de Pirajá-Cobre. In: Formigli, Ana Lúcia Menezes (org.) et al. Parque Metropolitano de Pirajá: História, natureza e cultura. Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu. Salvador, 1998.

BACHELARD, G. O novo espírito científico. R.J, Civilização Brasileira, 1978.

BAIARDI, Amilcar. Neoprodutivismo, neoassociativismo e turismo campestre: outras faces do novo rural. In: UFBA. Faces do novo rural. Caderno CRH n. 28 Salvador, EDUFBA, 1998.

BENJAMIN, W. Obras Escolhidas III. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. SP, Editora Brasiliense, 1994, 3ª edição.

BENSAÏD, D. Marx, o intempestivo. R J, Civilização Brasileira, 1999.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar – a aventura antropológica da modernidade. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo, Companhia das Letras, 1982.

CAMPANHOLA, Clayton e Silva, José Graziano da. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. In: O Novo Rural Brasileiro – Políticas Públicas. São Paulo, Embrapa/UNICAMP. V 4, 2000.

CAPRA, Fritjof. O ponto de mutação. São Paulo, Círculo do Livro, 1982.

CARNEIRO, M J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: Estudos Sociedade e Agricultura nº 11, out. 1998. CPDA/UFRRJ.

CARVALHO, Edgard de Assis. O Homem renaturalizado in: Liberalismo e Socialismo: velhos e novos paradigmas. (vários autores) São Paulo, Ed. UNESP, 1995

CASTORIADIS, C. Feito e a ser feito. As encruzilhadas do labirinto V. RJ, DP&A, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. A instituição imaginária da sociedade. RJ, Paz e Terra, 1982.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciencias sociales, violencia epistémica y el problema de la "invención del, otro", in: Lander, Edgardo (compilador). La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericana. Secretaria Ejecutiva CLACSO. 2001.

COSTA, Beatriz. A força do cotidiano. Cadernos do CEAS n.136. Salvador-BA, Edições Loyola, nov./dez. 1991.

COUTO, Vitor de Athayde e DUFUMIER, Marc. Neoprodutivismo.in: UFBA. Faces do novo rural. Caderno CRH n. 28 Salvador, EDUFBA, 1998.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde (Coord.) e MACHADO, Gustavo Bittencourt. Novos mundos rurais baianos. Salvador, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais/ SEPLANTEC-BA. 1999.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Educação para uma sociedade em transição. Papirus, SP, 1999.

DEMO, Pedro. Conhecimento Moderno sobre ética e intervenção do conhecimento. Rio de Janeiro, Vozes, 1997.

DURÁN, F E. Velhas e novas imagens sociais de ruralidade. Revista Sociedade e Agricultura, nº 11. CPDA/ UFRRJ. Rio de Janeiro, 1999.

ELIAS, Norbert. A Sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 1994.

FAVERO, Celso Antônio (UNEB). A globalização e as novas experiências dos agricultores. In: UFBA. Faces do novo rural. Caderno CRH n. 28. Salvador, EDUFBA, 1998.

FEATHERSTONE, Mike. Localismo, globalismo e identidade cultural. In: Sociedade e Estado, Vol. XI, n° 1, Jan./Jun., 1996.

FÔNSECA, Humberto José. Urbanismo renascentista: a construção do espaço colonial (o caso de Salvador), in: Con(s)ciência. Revista cultural, técnica e científica. Nº4 UESB. Vitória da Conquista - BA. 1993.

FORMIGLI, Ana Lúcia Menezes (org.) et al. Parque Metropolitano de Pirajá: História, natureza e cultura. Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu. Salvador, 1998.

GABRIELLI, José Sérgio. Palestra proferida na Faculdade de Ciências Econômicas da UCSal, 1998.

GÓMEZ, Sérgio. ¿Nueva ruralidad? Um aporte al debate. In: Revista Estudos Sociedade e Agricultura nº17. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 2001.

GÓMEZ, Sérgio. "La Nueva ruralidad": ¿Qué tan nueva? Universidad Austral de Chile, Chile, 2003.

GONÇALVES, Tosta Múcio e MACHADO, Carlos Wagner da Costa. "Reflorestamento" e mudanças nas condições de vida no Litoral Norte da Bahia. Cadernos do Ceas nº 161, Salvador – BA, 1996.

HODGSON, Geoffrey M. Economia e evolução. O Regresso da vida à teoria econômica. Portugal, Celta Editora, 1997.

JAMESON, F. Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio. SP, Ática, 1996.

JAMESON, Friedric. As sementes do tempo. São Paulo: Ática, 1997.

LEFEBVRE, H. Problemas da sociologia Rural. In: Martins, J.S (org). Asno lugar. São Paulo, Hucitec,1981

LEFEBVRE, H. Perspectivas da sociologia Rural. In: Martins, J.S (org). Asno lugar. São Paulo, Hucitec,1981a.

LINCK, Thierry. El campo en la ciudad: reflexiones en torno a las ruralidades emergentes. In: Memórias Seminário Internacional La nueva ruralidad en América Latina, Tomo I. Pontificia Universidad Javeriana, 2001.

MINGIONE, E. Las Sociedade fragmentadas. Una sociologia de la vida económica más allá del paradigma del mercado.Minist. de Trabajo y Seguridad Social. España. 1991.

MOREIRA, Roberto José. Disputas paradigmáticas nos programas de pós-graduação em economia e desenvolvimento rural. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, 6, junho de 1966.

MOREIRA, Roberto José. Economia política da sustentabilidade: uma perspectiva neomarxista. In: L.F.C. Costa, R.J. Moreira e R. Bruno (org.). Mundo rural e tempo presente. RJ, Mauad, 1999.

MOREIRA, Roberto José. Pensamento científico, cultura e Eco-92: alguns significados da questão ambiental. In: Reforma Agrária Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, v. 23, 1, (14-39) jan/ abr. 1993 e In: Universidade e Meio Ambiente, n. 5 Revista do NUMA, UFPA, 1993.

MOREIRA, Roberto José. Ruralidades e globalização: ensaiando uma interpretação. CPDA/UFRRJ, Caderno Ruralidades, RJ, 2002.

MORIN, Edgar. Ciência com consciência. Rio de Janeiro, Bertreand Brasil, 1996.

MORIN, Edgar. Religação dos saberes. Rio de Janeiro, Bertreand Brasil, 2002

NASCIMENTO, Jorge Glauco Costa. A dimensão social do discurso ecológico. Entrevista. Salvador –BA. Ceas nº 137, 1992.

NASCIMENTO, Rita de Cácia Mota. Riscos e acidentes ambientais no Pólo de Camaçari: para além dos muros das fábricas. Dissertação. IPPUR/UFRJ, 2001.

OLIVA, Alberto. Ciência e sociedade. Do consenso à revolução. Coleção Filosofia, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1999.

ROTANIA, Alejandra. De bioéticas e feminismos na modernidade, in: Rotania, Alejandra (org). Bioética – vida e morte femininas. Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira dos Ostomizados/ Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, 2001.

SANTOS, B S. Os Processos de globalização. In: Santos, B Sousa (org.). A globalização e as ciências sociais. SP, Cortez, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice. O Social e o político na pós-modernidade. São Paulo, Cortez, 1995.

SCHUMACHER, E. F. O negócio é ser pequeno. R J, Zahar, 1983. 4ª edição.

SILVA. J Graziano. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas, SP: Unicamp/IE, 1996.

SIMMEL, Georg. A Metrópole e a vida mental. Tradução de Sérgio Marques dos Reis. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.) O Fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Ed. Guanabara, 1987.

SMITH, Neil. A ideologia da natureza. A produção da Natureza In: Desenvolvimento desigual. Natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 1984.

THOMPSON, E.P. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981, Tradução de Waltensir Dutra.

VEIGA, José Eli da. Cidades imaginárias – O Brasil é menos urbano do que se calcula. Rio de Janeiro, Autores associados, 2002.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento territorial: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico. In: Bahia, Análise & Dados. V.10 nº 4, Salvador, SEI, março de 2001.

VICENT, Andrew. Ecologismo. In: Ideologias políticas modernas. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 1995.

WAGNER, Eugênia Sales. Hannah Arendt & Karl Marx: o mundo do trabalho. São Paulo, Ateliê Editorial, 2000.

WANDERLEY, M N. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo. In: Est. Soc. e Agric., 87-146; out., 2000.

WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade na história e na literatura. Tradução de Paulo Henriques Britto, Companhia das Letras, São Paulo, 1989.

[1] Esta referência diz respeito a pesquisa que desenvolvi no âmbito da Região Metropolitana de Salvador – RMS, no Estado da Bahia, concluída em 2003, e que estou dando continuidade em escala municipal. No âmbito regional entrevistei cinqüenta (50) pessoas que trabalham com atividades de agricultura, pecuária, extrativismo, serviços rurais etc., e em atividades relativas ao campo, em órgãos públicos, como extensão rural, planejamento e educação rural.

[2] No artigo intiulado "Ruralidade: ponto em comum para reexaminar o ordenamento metropolitano de Salvador" in: Veritati, Salvador, ano II nº 3, 2003, recorri à categoria de Ser Natural Humano como apropriada por Bensaïd (1999) enquanto elemento de conexão entre diferentes interesses sociais.

[3] Eugênia S. Wagner (2000) ao ler Hannah Arendt na leitura que esta faz de Karl Marx demonstra a importância contemporânea da reconsideração da categoria trabalho no desenvolvimento humano, principalmente, por implicar na valorização da vida.

[4] É Walter Benjamim (1994) quem, lidando com a condição prazerosa da flaneurie existente na vida urbana de Paris do século XIX, recorre a Marx e Engels para ilustrar a condição a que chegam homens e mulheres a partir da especialização do trabalho e, conseqüentemente, da metamorfose do trabalhador em profissional, que a relação entre cidade e campo possibilita visualizar: " O contraste entre cidade e campo ... é a expressão mais crassa da subsunção do indivíduo na divisão do trabalho e numa atividade a ele imposta, uma subsunção que transforma um num obtuso animal urbano, e o outro, num obtuso animal rural" [Karl Marx e Friederich Engels, Die deutsche Ideologie (A Ideologia Alemã), Marx-Engels Archiv, D. Rjazanov, I, Frankfurt a/M, 1982,pp271-2]" Benjamim, 1994: p 206).

[5] A Bahia integra o Projeto da UNICAMP sobre a "Caracterização do Novo Rural Brasileiro" no qual se insere a pesquisa sobre "Novos Mundos Rurais Baianos", coordenada por Vítor de Athayde Couto Filho.

[6] "A 'forma de vida campestre' engloba as mais diversas práticas – de caçadores, pastores, fazendeiros e empresários agroindustriais -, e sua organização varia da tribo ao feudo, do camponês e pequeno arrendatário à comuna rural, dos latifundiários e plantations às grandes empresas agroindustriais capitalistas e fazendas estatais. Também a cidade aparece sob numerosas formas: capital do Estado, centro administrativo, centro religioso, centro comercial, porto e armazém, base militar, pólo industrial. O que há em comum entre as cidades antigas e medievais e as metrópoles e conurbações modernas é o nome e, em parte, a função – mas não há em absoluto uma relação de identidade. Além disso, em nosso próprio mundo, entre os tradicionais extremos de campo e cidade existe uma ampla gama de concentrações humanas: subúrbio, cidade-dormitório, favela, complexo industrial" (Williams, 1989: p.11 e 12).

[7] A RMS teve, a partir da década de 1950, seu desenvolvimento condicionado pela indústria petrolífera e depois pela petroquímica. Na década de 1990 numa política que pretende reduzir disparidades entre as regiões do Estado da Bahia promove "a urbanização de algumas áreas ainda bastante ruralizadas, ao mesmo tempo em que viria consolidar outros aglomerados urbanos localizados no seu hinterland. Para isso, do total de 34 milhões de dólares anunciados, em torno de 40% serão aplicados na indústria, enquanto os demais setores terão uma participação reduzida, com destaque apenas para o segmento de infra-estrutura"(Ribeiro, 1998: p.152).